

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
INTEGRADA À EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

Perspectivas e desafios na Educação Profissional.

Monografia de Especialização

Lilia Teresinha Rosa Segatto

Santa Maria, RS, Brasil

2011

Perspectivas e Desafios na Educação Profissional

Lilia Teresinha Rosa Segatto

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em PROEJA**

Orientador: Prof^o Dr. Celso Ilgo Henz

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal De Santa Maria
Centro De Educação
Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada á
Educação Básica Na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

Perspectivas e desafios na Educação Profissional.

elaborada por
Lilia Teresinha Rosa Segatto

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em PROEJA

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Celso Ilgo Henz, Dr
(Presidente/Orientadora)**

Viviane Ache Cancian, Drª (UFSM)

Fabiane Adela Tonetto Costas, Drª (UFSM)

Santa Maria, 31 de outubro de 2011

DEDICATÓRIA

Para meus pais, Ivone Aires e Oswaldo Rosa por suas orações, a incansável amiga Nédilã e o meu Anjo da Guarda, por acreditarem na minha capacidade de superação e, suas dedicações a mim concedidas no decorrer do meu trabalho. Acreditando que, quando se tem amigos e pessoas que ajudam e apóiam, nosso trabalho certamente não passará em vão e, com certeza, colherei muitos frutos.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na
Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
Universidade Federal de Santa Maria

PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.

AUTORA: LILIA TERESINHA ROSA SEGATTO

ORIENTADOR: CELSO ILGO HENZ

Data e Local: Santa Maria, 31 de outubro de 2011.

O presente trabalho tem como foco de pesquisa, “perspectivas e desafios da educação profissional”, Traz primeiramente um breve histórico da educação profissional em épocas anteriores na tentativa de entender o mecanismo deste complexo em que se insere a Educação brasileira. No momento seguinte, o trabalho busca informações a respeito do que tange a educação em relação ao mundo do trabalho, referindo-se às mudanças no contexto social e as significativas transformações no mundo do trabalho. Ressalta ainda a importância de algumas escolas profissionalizantes que atuaram e/ou atuam no município e suas contribuições à sociedade local. O referido trabalho destaca ainda o projeto (PROEJA), resultante da ação governamental, enfatizando os desafios e perspectivas quanto à inclusão social e globalização econômica, as ações de políticas públicas, suas implicações positivas ou negativas e considerações referentes à eficácia ou não destas políticas. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, buscando construir um referencial teórico sobre o tema, trabalhando com depoimentos de alunos de EJA constantes em textos científicos já publicados. Não obstante, mesmo sendo de cunho teórico-bibliográfico, as inquietações e problematizações sobre as dificuldades e expectativas sobre o retorno aos bancos escolares sempre está se dialetizando com a realidade do cotidiano escolar, no qual se exerce a profissão docente há muitos anos, trabalhando no Ensino Fundamental e Ensino Médio, também na modalidade EJA. Observa-se nesta pesquisa que, através dos tempos houve avanços significativos na evolução da educação profissional, a cada governo uma expectativa de mudanças tanto no âmbito educacional como no social. O mundo do trabalho evolui em rápidas transformações, tendo que se adequar as novas formas e métodos para sobreviver. Assim impondo ao indivíduo a buscar conhecimentos específicos e capacidade técnica à sua formação, na tentativa de atender as exigências constituídas pelo mercado de trabalho competitivo. Necessita-se urgente de reformas sociais significativa, de políticas públicas comprometidas em transformar esta realidade, através de projetos e ações. Sabemos que, alguns projetos como o PROEJA, não são suficientes para mudar o quadro da desigualdade social no país, pois os desafios são muitos mas, com desempenho e comprometimento de gestores, professores e a comunidade escolar, pode-se construir uma escola inclusiva que remeta o educando ao mundo trabalho com justiça e igualdade social. Finalizando em considerações conclusivas quanto a aplicabilidades destes projetos que poderão contribuir para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Educação Profissional. Políticas Públicas. PROEJA.

ABSTRACT

Monograph of expertise
Specialization Course in Educação Profissional Integrada à Educação Básica na
Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA
Universidade Federal de Santa Maria

Perspective and challenger in the Professional Education

AUTHOR: LILIA TERESINHA ROSA SEGATTO

ADVISER: CELSO ILGO HENZ

Date and place of plead: Santa Maria, October 31th, 2011

The current research has as purpose of study, “perspective and challenges in the professional education. It shown first of all, a brief historic of professional education in some time ago, in order to understand better the complex that the Brazilian education is insert. Further, the research searches information concerning the education into the work world, reporting the challenges in the social context and the suggestive transformation into the work world. It also stands out the importance of some professional schools that perform or performed in the municipat distriet and its contributions to the society site. The research emphasizes the project (PROEJA), resulting of government action, focusing the challenges and perspectives relationed to social inclusion and economie globalization, the actions of public politics, their negative or positive implications her his graduation in order to answer the demand fron market of competitive word. It demands fast significant social reforms, public politics implicated to transform this reality, through the projects and actions. We know that, some projects like PROEJA, are not enough to change the social unequallity in the country, but through the involvement of teachers, professors and scholar community, it can construct an inclusive school that leads the student to the work world justifice and social equality.

Key words: Professional Education. Public Politics. PROEJA.

LISTA DE ABREVIATURA

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

CFE – Conselho Federal de Educação

LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

EOA – Escola de Artes e Ofícios

COOPFER – Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul

FECOMERCIO – Federação do Comércio de Bens e Serviços do Rio Grande do Sul

PSG – Programa SENAC de Gratuidade

CTISM – Colégio Técnico Industrial de Santa Maria

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PEG – Programa Especial de Graduação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	11
2.1 O ensino profissionalizante em Santa Maria	15
2.1.1 A experiência da cooperativa ferroviária.....	16
2.1.2 Escola de Artes e Ofício de Santa Maria/Colégio Industrial Hugo Taylor	17
2.1.3 Escola de Artes e Ofício de Santa Maria/Escola Santa Terezinha do Menino Jesus.....	18
2.1.4 Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.....	18
2.1.5 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.....	19
2.1.6 Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – CTISM.	20
2.1.7 Programa Especial de Graduação – PEG	21
3 TRABALHO E EDUCAÇÃO	24
3.1 Mundo do trabalho no capitalismo atual	28
3.2 Educação tecnológica	30
4 PROEJA	34
4.1 O proeja enquanto uma política social: seus limites e possibilidades	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho final de Pós-graduação do Curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica, na Modalidade de jovens e adultos, oferecidos pelo Centro de Educação, tem como objetivo investigar as perspectivas e desafios da Educação Profissional, no Brasil, contribuindo também com informações sobre a modalidade. A partir de pesquisas acadêmicas, de trabalhos publicados e de publicações, em busca de novos horizontes, de maneira a pensar mudanças para esta realidade que hoje é vivenciada no sistema de ensino.

O estudo de tal temática justifica-se em função da descontinuidade vigente da educação em nível fundamental e médio de jovens e adultos. Justificam-se também políticas públicas insuficientes à demanda do potencial e do cumprimento às conquistas constitucionais do direito à educação.

Outro motivo para a realização desse estudo se deve à dificuldade de inserção de jovens e adultos no mundo do trabalho, decorrente da falta de qualificação profissional, a qual é fator indispensável à demanda do mercado de trabalho competitivo atual.

Para a realização do estudo, optou-se por uma pesquisa bibliográfica fundamentada em alguns autores, que discorrem sobre a temática em questão, tais como: Henz (2007); Rossato (2007); Gentile (1995); Frigotto (1996); Cantu (2003); Fonseca (1961); Garcia (2000); Hotz (2006); Kuenzer (1997); Manacorda (1995), Manfredi (2002); Perrenou (1997); Rizzoto (2003); Santos (2007) e Vieira (1992).

A pesquisa inicia com um breve histórico da educação profissional, no Brasil, de maneira a situar a evolução do ensino, objetivando a profissionalizar brasileiros, no pressuposto de que a educação e a formação profissional possibilitam a ampliação das possibilidades de desenvolvimento, direito à melhoria da qualidade de vida e reconhecimento de cidadania e inclusão social do aluno. Trata-se, então, de uma retrospectiva de fatos históricos do ensino profissionalizante no país.

O referido texto ainda destaca algumas escolas que contribuíram para a formação profissional de jovens, no município de Santa Maria, reconhecendo suas participações e contribuições à sociedade, sendo de extrema importância para a Educação Profissional da época.

No momento seguinte, o trabalho busca informações a respeito do que tange a educação em relação ao mundo do trabalho, referindo-se às mudanças no contexto social e às significativas transformações no mundo do trabalho.

O referente trabalho destaca ainda o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), resultante da ação governamental, o qual enfatiza os desafios e perspectivas quanto à inclusão social, globalização econômica às ações de políticas públicas, suas implicações positivas ou negativas e às considerações referentes à eficácia ou não destas políticas.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, buscando construir um referencial teórico sobre o tema, trabalhando com depoimentos de alunos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) constantes em textos científicos já publicados. O trabalho finaliza-se em exposição às considerações conclusivas quanto à aplicabilidade destes projetos, que poderão contribuir para pesquisas futuras, com base no referido estudo realizado.

2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Este capítulo busca, através de um breve histórico do ensino profissional, situar a evolução do ensino dedicado a profissionalizar brasileiros, a qual objetiva educar e ou profissionalizar o aluno, dando a ele condições reais de cidadão brasileiro, o direito à verdadeira cidadania. Esta investigação busca, então, um estudo mais aprofundado sobre a realidade da educação brasileira.

O ensino profissionalizante possibilita a ampliação das possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem, a interação do ensino convencional e o profissionalizante. A educação e a formação profissional apontam possibilidade e direito à melhoria da qualidade de vida, fazendo com que o aluno tenha reconhecimento de cidadania e inclusão social.

Inicialmente, sobre o “Período Imperial Brasileiro” ¹, segundo registros do período, no Brasil, a educação profissional tem caráter assistencialista, principalmente destinado a amparar órfãos e os demais “desvalidos da sorte”. Em 1809, um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o “Colégio das Fábricas”.

Em seguida, em 1861, foi organizado, por Decreto Real, o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, cujos diplomados tinham preferência no preenchimento de cargos públicos das Secretarias de Estado. Foram criadas, também, várias sociedades civis destinadas a amparar crianças órfãs e abandonadas - as mais importantes dessas sociedades foram os Liceus de Artes e Ofícios².

Na “República Velha” ³, deu-se o início de um esforço público de organização da educação profissional, migrando, da preocupação principal com o atendimento de menores abandonados para outra preocupação, preparar operários para o exercício profissional.

No ano de 1906, o ensino profissional passa a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Consolida-se, então, uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola.

¹ Período Imperial brasileiro ocorreu de 1822 a 1888.

² Liceus de Artes e Ofícios ocorreu no Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884), Ouro Preto (1886).

³ A República Velha ocorreu de 1889 a 1929.

Peçanha instalou, em 1910, dezenove escolas de aprendizes artífices destinado “aos pobres e humildes”, distribuídas nas várias Unidades da Federação.

Essas escolas eram similares aos Liceus de Artes e Ofícios, voltadas basicamente para o ensino industrial, mas custeadas pelo próprio Estado. No mesmo ano, foi reorganizado, também, o ensino agrícola no País, objetivando formar “chefes de cultura, administradores e capatazes”.

Na década de 10⁴, foram instaladas várias escolas-oficinas destinadas à formação profissional de ferroviários, que desempenharam importante papel na história da educação profissional brasileira ao se tornarem os embriões da organização do ensino profissional técnico na década seguinte.

Na década de 20, a Câmara dos Deputados promoveu uma série de debates sobre a expansão do ensino profissional, propondo a sua extensão a todos, pobre e rico, e não apenas aos “desafortunados”.

Durante a “República Nova”⁵, mais exatamente no ano de 1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação e, nesse mesmo ano, também foi efetivada uma reforma educacional, que levou o nome do Ministro Francisco Campos e que prevaleceu até o ano de 1942. Esse foi o ano em que começou a ser aprovado o conjunto das chamadas “Leis Orgânica do Ensino”, popularmente conhecidas como “Reforma Capanema”.

Em 1932, veio o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, buscando diagnosticar e sugerir rumos às políticas públicas em matéria de educação. Nesse mesmo ano, realizou-se a “V Conferência Nacional de Educação”, cujos resultados refletiram na Assembléia Nacional Constituinte de 1933. A Constituição de 1934 inaugurou objetivamente uma nova política nacional de educação, ao estabelecer como competências da União as de “traçar diretrizes da educação nacional”.

Durante o Estado Novo⁶, com a Constituição outorgada de 1937, muito do que foi definido em matéria de educação, em 1934, foi abandonado. Entretanto, pela primeira vez, uma Constituição trata das “escolas vocacionais e pré-vocacionais”, como um dever do Estado para com as “classes menos favorecidas”. Essa obrigação do Estado deveria ser cumprida com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, as chamadas “classes produtoras”, as quais deveriam “criar,

⁴ Década de 1910 do século XX.

⁵ A República Nova ocorreu de 1930 a 1936.

⁶ O Estado Novo ocorreu de 1937 a 1945.

na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados”.

A partir de 1942, são baixadas, por Decreto, as conhecidas “Leis Orgânicas” da educação nacional: Ensino Secundário e Normal e do Ensino Industrial (1942), Ensino Comercial (1943) e Ensino Primário e do Ensino Agrícola (1946). Propiciou a criação de entidades especializadas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SENAI (1942) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC (1946), bem como a transformação das antigas escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas.

Ainda em 1942, o Governo Vargas, por um Decreto-Lei, estabeleceu o conceito de menor aprendiz para os efeitos da legislação profissional, e por outro Decreto-Lei dispôs sobre a “Organização da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial”. Com estas providências, a educação profissional se consolidou, no Brasil, muito embora ainda continuasse a ser concebida preconceituosamente como uma educação de segunda categoria.

No conjunto das Leis Orgânicas da Educação Nacional, o objetivo do ensino secundário do normal e do superior (atribuído como competência do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores) era o de “formar as elites condutoras do país”, e o objetivo do ensino profissional (anteriormente afeto ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio) era o de oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho”.

Na Nova República⁷, na verdade, apenas na década de 50 é que se permitiu a equivalência entre os estudos acadêmicos e profissionalizantes.

A plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível, sem necessidade de exames e prova de equivalência de conhecimentos, só veio a ocorrer com a promulgação da Lei Federal n.º 4.024/61. É a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB classificada pelo educador Anísio Teixeira como “meia vitória, mas vitória”.

A nossa primeira LDB equiparou o ensino profissional, do ponto de vista da equivalência e da continuidade de estudos, para todos os efeitos, ao ensino

⁷A Nova República ocorreu de 1946 a 1963.

acadêmico, acabando, pelo menos do ponto de vista formal, a velha dualidade entre ensino para “elites condutoras do país” e ensino para “desvalidos da sorte”.

Já no Período Militar,⁸ com o golpe militar de 1964, houve nova centralização, os planos governamentais se tornaram importantes instrumentos de atuação e interferência do governo federal, e assim houve também perda significativa de função do Conselho Federal de Educação - CFE (Tanuri, 1981).

A Lei Federal n.º 5.692/71, que reformulou a Lei Federal n.º 4.024/61 no tocante ao ensino de primeiro e de segundo graus, atual educação básica, também representa um capítulo importante na história da educação profissional, ao introduzir a profissionalização generalizada no ensino médio, então denominado segundo grau. O efeito da Lei não interferiu diretamente na qualidade da educação profissional “tradicional” das instituições especializadas, mas interferiu no sistema público de ensino que não conseguiu oferecer um ensino profissional de qualidade compatível com as exigências de desenvolvimento do país, num universo cada vez mais globalizado e competitivo.

A situação ficou complexa, na reorganização da rede física do Estado de São Paulo, referente aos Cursos Técnicos que, organizados tradicionalmente em Ginásios Industriais, Comerciais e Agrícolas, agora deveriam assumir uma “formação geral básica” no 1º grau, e, nos termos da nova Lei, o ensino do 2º grau havia se transformado, da noite para o dia, em “profissionalizante”, e, portanto, o ensino de 2º grau teria, em princípio, sentido terminal de formação.

Na gestão de Paulo Maluf⁹ o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de São Paulo - SENAI-SP tem uma forte participação no Governo e na definição das políticas do ensino técnico e de formação profissional, não só com dirigentes daquele órgão assumindo cargos de direção na Secretaria de Estado da Educação (Arelaro, 1999).

Esses efeitos foram atenuados pela Lei Federal n.º 7.044/82, de consequências ambíguas, que tornou facultativa a profissionalização no ensino de segundo grau. Por um lado, tornou o ensino de segundo grau livre das “amarras” da profissionalização; por outro, praticamente restringiu a formação profissional às instituições especializadas nessa modalidade de ensino.

⁸ O Período Militar ocorreu de 1964 a 1985.

⁹ A gestão de Paulo Maluf ocorreu de 1979 a 1982.

Enfim, as leis n.º 5.692/71 e 7.044/82, além de se constituírem no principal fator determinante da falta de identidade do ensino médio, geraram também falsas expectativas diante da educação profissional.

Na Lei Federal n.º. 9.394/96 – LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - no Capítulo III, aborda sobre a Educação Profissional nos artigos 39 a 42. O parágrafo único do artigo 39 da LDB define que “o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador, em geral, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional”.

O Decreto Federal n.º. 2.208/97 regulamenta a educação profissional, que no Art. 3º, compreende os seguintes níveis:

I - Básico: destinado á qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II – Técnico: destinado á proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;

III – Tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Após esse Decreto, mais propriamente o inciso 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da LDB - finalmente, são apresentadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, consubstanciadas no Parecer CNE/CEB nº 16/99 e na Resolução CNE/CEB nº 04/99.

2.1 O Ensino profissionalizante em Santa Maria

Várias escolas no município de Santa Maria contribuíram para que o ensino profissionalizante se efetivasse em nosso município em épocas passadas. Vale destacar algumas destas escolas que muito contribuíram ou ainda contribuem na formação profissional de jovens, de modo a torná-los aptos para a vida.

2.1.1 A experiência da cooperativa ferroviária

A Escola de Artes e Ofícios (EAO) fundada em 1º de maio de 1922 e mantida pela Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, sediada na cidade de Santa Maria, teve forte inspiração nas escolas de ensino técnico e profissionalizante do estado de São Paulo. Esta Escola aponta para o propósito de obter uma referência prática para a nascente escola profissionalizante dos ferroviários gaúchos.

Escolas de “Artes e Ofícios da Cooperativa da Viação Férrea do Rio Grande do Sul”, de 1932, consta como objetivo destes estabelecimentos de ensino “ministrar uma sólida educação profissional, intelectual, moral e física aos alunos, de modo a torná-los aptos para a vida social.” As definições das finalidades da escola já denotam a predominância da intenção do ensino profissional, sendo colocadas, a seguir, as preocupações intelectuais, moral e física deste ensino.

Quanto ao regulamento Interno, dedicado ao ensino, existia uma grande ênfase em relação à predominância que deveriam ter as aulas práticas sobre as teóricas, de tal maneira que a teoria seria “restrita às necessidades da prática.

A começar pelo sistema de ingresso e seleção dos alunos (Capítulo IV, Art 8º ao 17º do Regulamento Interno da EAO) que não levava em conta nenhum critério “científico”, mas quesitos de ordem social e familiar, além da filiação à cooperativa. O sistema de avaliação do aprendizado não tinha como um dos principais aspectos a progressividade e os níveis de abstração, mas a competência “nos ofícios”, os quais eram preponderantemente manuais e de origem artesanal como marceneiros, ferreiros, serralheiros.

O vínculo entre a “empresa” ferroviária e os alunos (futuros profissionais) não era imediato, ou seja, não havia um contrato que determinasse a contrapartida de trabalhos junto à empresa depois de concluído o curso,

Contudo, não há registros que possibilitem avaliar em que medida essa formação de mão-de-obra correspondia à demanda da empresa ferroviária.

Em relação ao ensino técnico-profissional, ele deveria estar disposto no nível secundário e superior, com base na economia nacional, capaz de formar técnicos e operários em diversos níveis hierárquicos dentro da estrutura industrial.

Entretanto, a EAO nunca chegou a desenvolver um projeto pedagógico voltado para a compreensão crítica do trabalho entre os ferroviários, ou seja, tratava-se de um empreendimento de dimensão surpreendente, mas não favoreceu aquilo que Alain Touraine denominou de “o retorno do sujeito” e tão pouco favoreceu, como meta desejada e buscada, a “ação” do trabalhador como ator social politicamente localizado na sociedade capitalista industrial.

No Rio Grande do Sul houve o esforço de atualizar as técnicas de ensino e criar maiores oportunidades de inserção social para jovens mais habilitados para o mundo do trabalho em franca transformação.

De qualquer maneira, permaneceu sua contribuição como elemento aglutinador e identificador de um grupo de trabalhadores que compartilharam a sua identidade de ferroviários, com a identidade local de Santa Maria, que, por muitos anos, foi conhecida como a cidade ferroviária do Rio Grande do Sul.

2.1.2 Escola de Artes e Ofício de Santa Maria/Colégio Industrial Hugo Taylor

O Colégio Industrial Hugo Taylor foi construído pela Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (COOPFER), passou a funcionar em 1922, dedicando-se aos filhos dos ferroviários. Além do currículo básico de padrões inspirados nos modelo francês de ensino, a escola oferecia, aos meninos, uma formação técnica em carpintaria, fundição, ferraria, mecânica, eletricidade, marcenaria, funilaria, estofaria, modelagem e pintura além do ensino formal.

Na década de 1940, a Escola passou a se chamar Escola Industrial Hugo Taylor e deixou de se dedicar apenas aos filhos dos ferroviários. Em consequência das dificuldades financeiras da COOPFER, a Escola Hugo Taylor foi desativada na década de 60, mas, até hoje, é reconhecida e lembrada pelos altos padrões de qualidade do ensino e de poder econômico que representava a COOPFER. O prédio se destaca na Avenida Rio Branco, pelos detalhes ecléticos de suas fachadas, onde predominam elementos neoclássicos e art nouveau. Hoje, está cedido a uma rede internacional de supermercados que o revitalizou para a instalação de lojas, mantendo a fachada da Avenida com leves mudanças.

2.1.3 Escola de Artes e Ofício de Santa Maria/Escola Santa Terezinha do Menino Jesus.

A escola foi construída pela COOPFER e inaugurada em 1930, com o nome de Escola Santa Terezinha do Menino Jesus, para cuidar da educação das moças, filhas dos ferroviários, que dali saíam como normalistas. Também inspirada em modelos franceses, além do ensino intelectual, oferecia, como parte profissionalizante, a costura, bordado, culinária, chapelaria, economia doméstica, pintura e música. Dirigida pelas Irmãs Franciscanas, até 1942, quando o Estado assumiu a administração. A partir de então, no prédio, passaram a funcionar a Escola Artesanal Cilon Rosa, o Grupo Escolar João Belém e o Ginásio Estadual Manoel Ribas. Em 1974, só o Maneco ocupava o prédio. Em 19 de dezembro de 1995, o prédio foi considerado patrimônio histórico de Santa Maria (lei nº. 3.929). Com a primeira restauração, em 1998, foi mantida a arquitetura eclética, todos os elementos são originais, exceto os anexos dos banheiros e o elevador. O muro com balaústres que margeia o pátio interno lembra a arquitetura renascentista européia. As portas internas do colégio foram talhadas pelos alunos da Escola de Artes e Ofícios Hugo Taylor. A fachada do prédio apresenta vários estilos arquitetônicos, mesclando Art Nouveau, Barroco e Neoclássico.

2.1.4 Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial é uma instituição de educação profissional, fundada em 10 de janeiro de 1946, com o objetivo de difundir e aperfeiçoar o ensino profissional no setor terciário. No Rio Grande do Sul, o SENAC surgiu em 13 de setembro de 1946. Sua missão é educar para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo. O SENAC - RS faz parte da Federação do Comércio de Bens e Serviços do Rio Grande do Sul – FECOMERCIO, o que conecta a entidade ao mundo do trabalho por meio de várias empresas que geram 1,3 mil empregos formais.

O SENAC-RS disponibiliza educação em todos os níveis – do Menor Aprendiz à Pós-Graduação. Muito antes de se falar em responsabilidade social, o SENAC já exercia, na prática, a inclusão social ao preparar menores aprendizes para o mundo do trabalho. Mais do que ser a sua razão de existir, o Menor Aprendiz é a prova da importância e contribuição da Instituição para a educação profissional brasileira. Vinculados ao programa Jovem Aprendiz, e aos cursos de Aprendizagem Comercial, oferecidos gratuitamente pelo SENAC - RS, está o objetivo que envolve os alunos em atividades curriculares, aos quais se referem à capacitação teórica e outras à prática supervisionada (realizada nas dependências da empresa).

O Programa SENAC de Gratuidade - PSG, resultado de um acordo entre o SENAC e o Governo Federal em 2008, significa educação profissional de qualidade para que milhares de pessoas possam planejar seus estudos e ter mais oportunidade de trabalho e emprego. Considerando a rapidez das informações e do desenvolvimento tecnológico, o SENAC oferece cursos de capacitação em horários alternativos. Nos diversos níveis de capacitação, através de aulas presenciais ou à distância, o modelo pedagógico está baseado na apropriação de competências para o trabalho. O SENAC propõe a qualificação de um indivíduo capaz de articular conhecimentos, habilidades e atitudes com o objetivo de agir, decidir e intervir em situações nem sempre previstas dentro e fora do mundo do trabalho, promovendo a construção da cidadania.

2.1.5 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial foi criado em 1942, e é uma entidade de direito privado, que tem como objetivo gerar o desenvolvimento e o refinamento da indústria nacional. Atua na capacitação de profissionais e no aperfeiçoamento dos produtos e processos das indústrias, por meio de cursos e serviços técnicos e tecnológicos. No Rio Grande do Sul, o Departamento Regional do SENAI localiza-se na cidade de Porto Alegre.

O SENAI tem como missão de promover a educação profissional e tecnológica, contribuindo para elevar a competitividade da indústria brasileira.

Sua visão é consolidar-se como o líder nacional em educação profissional e tecnológica no que se refere a inovação e a transferência de tecnologias para a indústria brasileira, operando com um padrão internacional de nobreza.

Portanto, prima pelos princípios, valores, livre iniciativa, ética, transparência, satisfação dos clientes e, sobretudo pela valorização das pessoas.

2.1.6 Colégio Técnico Industrial de Santa Maria – CTISM.

O Colégio Técnico Industrial de Santa Maria é uma escola técnica federal, vinculada à Universidade Federal de Santa Maria, subordinada à Coordenadoria de Ensino Médio e Tecnológico da UFSM.

O CTISM deu início a suas atividades em 04 de abril de 1967, no comando do reitor que, na época, era o Professor José Mariano da Rocha Filho, ofertando cursos Técnicos de Nível Médio em Eletrotécnica e Mecânica, com a expectativa de formar mão de obra qualificada para atender o processo de desenvolvimento industrial, vivido na década de 1960.

Atuante há 43 anos, a cultura pedagógica do CTISM causou diferentes identificações, passando por várias fases de seu processo histórico, desde a sua criação como escola, bem como seu reconhecimento como um centro de formação técnica de qualidade a ofertar cursos superiores de tecnologia e cursos técnicos profissionalizantes nas modalidades à distância e educação profissional para jovens e adultos PROEJA.

Outros cursos, porém, são oferecidos e redimensionados para outras modalidades, com ofertas de cursos técnicos noturno, sendo um dos pioneiros no país.

Para tanto, em 2010, o colégio deu início ao Curso técnico em Eletrônica, na esperança de expandir a oferta de cursos técnicos na área de altas tecnologias, ampliando, assim, as opções de qualificação profissional para a comunidade de Santa Maria e região.

Assim, o CTISM com sua posição geográfica privilegiada por ser a única instituição de formação técnica industrial central, acolhe alunos regressos de

diferentes lugares. Alunos, estes, que atuam em diversos estados do Brasil, atraídos por indústrias de diversos ramos como alimentos, móveis, metal-mecânico, transmissão e distribuição de energia elétrica, nas áreas de comércio e prestação de serviços, e outros.

Tendo por incumbência “Educando para a cidadania consciente”, baseando-se em valores como liberdade, justiça, cidadania e etc. Esta instituição de ensino procura atender a formação científica, tecnológica e humanística sólidas, que permitam a alunos e professores flexibilidade diante das mudanças apresentadas pelo atual processo histórico. Assim, adequando-se a novos contextos, os quais buscam o desenvolvimento, o conhecimento e atitudes que colaborem para as intervenções sociais, que invariavelmente somos desafiados.

2.1.7 Programa Especial de Graduação – PEG

Formação de Professores para a Educação Profissional é uma proposta articulada entre Centros de Ensino da UFSM, da qual fazem parte: Centro de Educação; Centro de Ciências Rurais e Colégio Técnico Industrial de Santa Maria - CTISM.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que vivencia sua maior expansão de sua história, busca desenvolver grupos docentes habilitados para atuar na Educação Profissional e Tecnológica, em cursos comprometidos com a formação inicial e continuada de trabalhadores e pela Educação Profissional técnica de nível médio.

Com a abertura e ampliação de ofertas de novos cursos e o aumento de vagas, decorrentes da ação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Universidade Federal de Santa Maria, juntamente com os respectivos centros já citados no parágrafo anterior, em janeiro de 2011, forma a primeira turma do Programa Especial de Graduação da UFSM.

O Programa pretende atender a demanda de formação pedagógica para profissionais que atuam, ou pretendem atuar como professores, na Educação Profissional, devido à diversidade do público em que estes profissionais irão atuar e

pela diferença de faixas etárias, pois o programa pode ser oferecido articuladamente com o ensino médio e na Educação de jovens e adultos, bem como na formação continuada, podendo ocorrer em lugares fora das escolas.

A regulamentação dos programas encontra respaldo legal, mas sua proposta de resolução aguarda homologação.

Os profissionais formados pelo Programa especial de Graduação- PEG, receberão o grau equivalente a licenciatura Plena na área específica de Bacharelado para o qual o estudante já fora diplomado anteriormente.

A Educação Profissional e Tecnológica é uma preocupação atual da Educação Brasileira o que estimula à discussão sobre a qualidade desta educação e, com isto, a formação pedagógica dos profissionais.

A demanda pela formação pedagógica de professores vem sendo uma preocupação constante de certas áreas da UFSM.

O Colégio Técnico Industrial de Santa Maria-CTISM, também vivencia esta realidade, pois tem uma grande expectativa por um curso que venha realizar a formação pedagógica de seus futuros educadores.

Para tanto, a Educação Profissional está definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como uma educação “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, às ciências e à tecnologia...” e, considerando a diversidade dos alunos que poderão ter acesso a formação profissional, surge a necessidade de formar profissionais capacitados para atuar em diferentes níveis de ensino. Esses profissionais precisam de preparo para que atendam as expectativas dos alunos e contribuam para a formação integral para a vida, para o trabalho e para a cidadania destes alunos.

Embora hoje, por parte dos órgãos públicos, tanto a nível federal, estadual e municipal, há uma preocupação com a geração de empregos e renda no país. Acredita-se que, o investimento no ensino técnico profissionalizante poderia ser uma alternativa para a solução de problemas de desemprego, qualificando pessoas para atender ao mercado de trabalho, assim, possibilitando maior competitividade e produtividade para enfrentar os desafios postos pela modernização tecnológica.

Nosso município hoje contempla várias escolas profissionalizantes como as exemplificadas neste trabalho, que objetivam atender as necessidades da demanda. Podemos observar que são escolas que, preparam para o mercado com diferentes exigências e capacitações específicas e que, a idéia é de que estas escolas

ofereçam uma educação complementar com essas inúmeras possibilidades de preparação para inserção direta para o mercado de trabalho. Elas tendem a estarem voltadas para as necessidades do mercado local, formando técnicos que respondam esta demanda. No entanto, este é o maior desafio destas escolas que, lutam em uma sociedade onde órgãos públicos deveriam apostar e principalmente investir, frente à competitividade do mercado vigente.

Como cidadãos santamarienses, devemos nos orgulhar pelo trabalho realizados por estas escolas técnicas profissionalizantes que, a seu tempo e, com dificuldades de qualificar com qualidade, preparam estudantes na perspectiva de inserir maior número de pessoas no mercado de trabalho, e que, vem obtendo bons resultados mas, é preciso maior desempenho de autoridades no âmbito político e social para a real efetividade de uma profissionalização de qualidade em nosso município.

3 TRABALHO E EDUCAÇÃO

As constantes mudanças que atingem todos os setores da sociedade, nas últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI, caracterizam-se pela rapidez e pela sagacidade com que ocorrem, modificando o contexto social, de modo que nada permaneça, configurando um período constante de transformação.

Com base nas considerações sobre Educação Humanizadora na Sociedade Globalizada, Henz e Rossato (2007) destacam a educação como ponto fundamental à formação profissional.

Grandes transformações se estabelecem no século XX, como o processo acelerado da urbanização, que levou às mudanças sociais e econômicas provocadas pela revolução industrial. Conseqüentemente a população urbana aumenta consideravelmente em todos os continentes e países. A urbanização passa velozmente de metrópole à megalópole, o que marca a época recente.

A mudança no mundo do trabalho também se configura como transformação do século XX, com o propósito de aumentar o papel do operário das classes trabalhadoras urbanas que, ao final do século, tornou-se o século da Informática, mudando consideravelmente o trabalho, configurando sua força produtiva do mundo do trabalho em nível mundial.

O mundo do trabalho tem necessidades de fazer com que o indivíduo busque conhecimentos específicos e capacitação técnica a função na qual é destinada sua formação, na tentativa de estar apto a atender as exigências estabelecidas pelo mercado de trabalho vigente.

A mudança do papel social da mulher e o reconhecimento dos direitos sociais, participação política, econômica e o acesso à educação reconfiguram o papel da mulher de forma a ser reconhecida, por vários autores, como sendo a mais importante das mudanças sociais do século XX.

A valorização do trabalho feminino vem crescendo significativamente em diferentes setores da economia, pois as mulheres se fazem representar em praticamente todos os âmbitos da sociedade, até então sendo destinadas aos homens.

A juventude, por sua vez, também participa destas mudanças, quando o prolongamento da vida, ao longo do século, faz dobrar as expectativas de viver, em

alguns países. Isso também acontece como o acesso aos bens sociais e as transformações em relação à música, comportamento sexual e o mundo das drogas. Tudo isso a juventude no topo do cenário mundial, enfatizando juventude como “o belo e o bom”, atribuindo uma invariável valorização ao jovem.

Da mesma forma, que as transformações se fizeram presentes na urbanização, no trabalho, no papel da mulher no contexto social e na juventude, houve também a mudança do papel da universidade. Segundo o autor **Rossato**¹⁰ (2007) esta, sem dúvida, a mais silenciosa e talvez a mais profunda das mudanças. Reservada às elites, mas inviável à maioria dos jovens, tornou-se um anseio e um direito universal, apesar das desigualdades de acesso em nível mundial.

O próprio mercado de trabalho exige, então, articular novas competências e novos modos de viver, pensar e sentir, adequando-se aos novos métodos caracterizados pela automação, imobilizando, assim, energias intelectuais e criativas no desempenho do trabalho.

“Para tanto este trabalhador aliena-se às necessidades do capital, cujo comportamento e atitudes respondem às demandas de valorização”. É neste sentido que a hegemonia, além de expressar uma reforma econômica, assume as feições de uma reforma intelectual e moral “(KUENZER, 1985, p. 52).

Nesta concepção do novo tipo de trabalho como fragmentação, tanto as relações sociais e produtivas como a escola, educam o trabalhador para esta divisão e que a ciência e o desenvolvimento social que ela gera, pertencem ao capital aumentando a força produtiva e se colocando em oposição ao trabalhador. Assim, o conhecimento científico e o saber prático são distribuídos desigualmente, contribuindo para aumentar a alienação dos trabalhadores (KUENZER, 2002, p. 79).

Na era de ouro do capitalismo contemporâneo, Gentile (2007) afirma que, na década de setenta, iniciou sua decadência, onde teve marcantes transformações em função da economia atribuídas a escolaridade, associadas à economia capitalista mundial, apesar de desigual no âmbito regional, mas tem criado condições necessárias a modificações fundamentais em função à economia atribuída à escola, que marcará profundamente o rumo da natureza das políticas públicas educacionais na virada do século.

Nas décadas de oitenta e noventa, a teoria do capital humano, Gentile (2007) muda em relação à função da escola no âmbito de formação para o emprego,

permitindo a expansão dos sistemas educacionais, com aceitação do fato que a educação e o desemprego, a distribuição de renda social e a pobreza estariam vivendo em conflito, mas funcional com o desenvolvimento e a modernização econômica, evidenciando o fracasso da teoria de sua formulação, processo este que estimulou novos impulsos e dinamismo.

A crise capitalista dos anos setenta, então, marca o início da desarticulação da promessa integradora em todos os sentidos. Com efeito, esta ruptura da promessa da escola como entidade integradora, começou a se desencadear, na década de 80, com a revalorização do papel econômico de educação, sendo que começaram a enfatizar a importância produtiva do conhecimento, com ênfase nos aspectos fundamentais de entidades escolares que deveriam preparar para a competitividade impostas pela economia, tendo como horizonte a era da globalização.

Esta promessa estava fundada na necessidade de atingir o pleno emprego. Assim, a escola se constituía um espaço institucional capaz de contribuir para a integração econômica da sociedade, formando o contingente da força de trabalho que se incorporaria ao mercado de trabalho. O processo escola era, então, interpretado como elemento fundamental na formação do capital humano, onde deveria garantir a capacidade competitiva das economias, contribuindo no fomento da riqueza social e da renda individual.

Desta forma, a promessa integradora atribuía ao estado um papel central, em suas atividades de planejamentos, bem como no desempenho na captação de recursos destinado aos sistemas educacionais.

A desintegração desta promessa integradora se deu em função das condições citadas. Tal processo levou a mudanças estratégicas políticas orientadas para garantir o objetivo integrador, passando de uma lógica da integração em função às necessidades e às demandas de caráter coletivo para uma lógica econômica estritamente privada e guiada pelas habilidades e competências, as quais cada pessoa deve adquirir para alcançar melhor posição no mercado de trabalho.

Nessa conjuntura, a promessa do pleno emprego está definitivamente extinta, visto que, ao indivíduo restará definir suas próprias ações, escolhas que permitem conquistar uma posição mais competitiva no mercado de trabalho. A morte da promessa integradora deixa lugar a uma nova promessa de caráter estritamente privado: a promessa da empregabilidade.

“Quanto à “empregabilidade”, Gentile (2007) define como sendo: “O Eufemismo da desigualdade estrutural que caracteriza o mercado de trabalho e que sintetiza a incapacidade, também estrutural da educação em cumprir sua promessa integradora numa sociedade democrática”. Esta empregabilidade ganha espaço e centralidade sendo definida como eixo fundamental de um conjunto de políticas destinadas a diminuir os riscos sociais do final deste século. Ela que articula e dá coerência a elementos que poderiam superar esta crise do desemprego, onde o mercado de trabalho deve dinamizar na redução de encargos referentes a padrões, flexibilizar o trabalhista e a formação do profissional permanente. Portanto, a empregabilidade torna-se fundamental na construção e legitimação de um senso comum sobre trabalho e educação.

“Nesta concepção conservadora, “a empregabilidade desempenha uma função simbólica central”, diz Gentile (2007) quanto ao caráter ilimitado e irrealizável desta promessa em relação a sua dimensão econômica: “a escola é uma instância de integração dos indivíduos ao mercado, mas nem todos podem ou poderão gozar dos benefícios dessa integração, já que, no mercado competitivo, não há espaço para todos”.

Como já mencionado, o capitalismo promoveu um processo de transformação em suas formas de organização e produção, que vem configurando mudanças com relação à negociação e contratação do trabalho. Tais mudanças nos remetem a questionamentos quanto à sustentabilidade social a que se refere ao trabalho. Assim, vários autores, como os já citados anteriormente, apontam para uma crise da sociedade do trabalho empenhada como categoria de análise da sociedade.

Não há como negar mudanças profundas no conteúdo, na divisão, na quantidade e qualidade de trabalho demandado no processo produtivo da fase atual do capitalismo. Todavia, parece-nos problemático deduzir da crise do trabalho no interior das relações capitalistas de produção e das mudanças de sua natureza a perda da centralidade do mesmo na vida humana (Frigotto, 1996, p. 108).

Para tanto, as explicações ofertadas por autores, apontam o esgotamento de modelos econômicos e as crescentes inovações tecnológicas.

O esgotamento nos anos 70 do ciclo de acumulação iniciado no pós-guerra, caracterizado pelo declínio das taxas de crescimento e posterior crise estrutural nas economias centrais, deslançou um profundo processo de reestruturação tecnológica e produtiva, nos países industrializados, e a emergência do processo de globalização, que se intensificou nas décadas seguintes (Soares, apud Warde, 1999).

A partir dos anos oitenta, o capitalismo iniciou um processo de reestruturação produtiva, baseadas na reorganização do trabalho, onde tiveram repercussão significativa para o mundo do trabalho.

3.1 Mundo do trabalho no capitalismo atual

As intensas modificações que têm ocorrido no mundo do trabalho trazem novos desafios para a educação. O capitalismo vive um novo padrão de acúmulo decorrente da globalização da economia e da reestruturação produtiva, que passa a determinar um novo projeto educativo para os trabalhadores, independentemente da área em que atuem.

Novas exigências de competitividade marcam o mercado globalizado, a exigir cada vez mais qualidade com menor custo. A base técnica de produção fordista, que dominou o ciclo de crescimento das economias capitalistas, no pós 2ª guerra, até o final dos anos sessenta, vai, aos poucos, sendo substituída por um processo de trabalho resultante de um novo paradigma tecnológico, cuja característica principal é a flexibilidade.

Este movimento se constitui na intensificação do processo histórico de internacionalização da economia, com novas características, acordado nas transformações tecnológicas e nas novas formas de organização e gestão do trabalho.

Estabelecem-se, então, novas relações entre trabalho, ciência e cultura, ou seja, um novo projeto pedagógico, através do qual a sociedade pretende formar trabalhadores e cidadãos produtores para atender às novas demandas postas pela globalização da economia e pela reestruturação produtiva. O velho princípio educativo, decorrente da base técnica da produção taylorista/fordista vai sendo substituído por outro projeto pedagógico determinado pelas mudanças ocorridas no trabalho.

A partir dos anos oitenta, o capitalismo iniciou um processo de reestruturação produtiva, baseado na intensificação do uso de novas tecnologias aplicadas à produção de bens e serviços e na reorganização do trabalho junto às unidades

produtivas. Tais medidas tiveram repercussão significativa para o mundo do trabalho.

Quanto à organização de trabalho, houve várias mudanças como: unificação de tarefas, terceirização de alguma função produtiva e de serviços em geral, contrato por tempo determinado, bem como a participação dos lucros ou resultados da empresa, desde que cumprida as metas de produção estabelecida.

Noutro momento, notamos a fragmentação da produção em unidades separadas. O capitalismo busca vantagens comparativas, onde as condições sociais lhes proporcionam maior retorno para seus investimentos, onde o custo da mão-de-obra é menor, então, esta seria a nova lógica de organização produtiva globalizada.

Desta forma, esta organização produtiva é bastante automatizada, dando-lhes condições de transportá-las para qualquer região ou país. Quanto ao uso mais intensivo das tecnologias aplicadas à produção de bens e serviços, menor emprego de mão-de-obra, contribuindo, assim, para o aumento exagerado do número de desempregados.

Com a crescente automação da produção, a reestruturação capitalista, ao introduzir novas formas de tecnologias e alterar grande parte da organização do trabalho, reforçou a alienação dos trabalhadores. O capitalismo, então, dá graças às tecnologias desenvolvidas pela humanidade, onde gerou uma capacidade de superprodução de bens e serviços, que entra em contradição com o baixo consumo dos mercados nacionais. Isso de que o fato de a produtividade do fator trabalho e a riqueza criada pelo proletariado não ter sido socializada, piorando as condições de vida da população mundial, pois cerca de quarenta por cento dela vive entre a miséria e a pobreza.

Essa situação vem sendo agravada pela crescente dominação dos países centrais, que impõem aos povos da periferia do sistema, elevados custos nas formas de exploração de seus mercados nacionais, na exaustão de suas fontes de matérias-primas e insumos.

Esta reestruturação produtiva tem exigido do empresariado grandes investimentos em tecnologia, matérias-primas e insumos, bem como velocidade em sua renovação, pois se novos produtos não forem lançados, anualmente, eles encalham no mercado mundial, ocasionando, assim, rendimentos decrescentes pelo subconsumo dos mercados nacionais, motivados pela distribuição da produtividade do trabalho e pela distribuição de renda dos trabalhadores. Esta situação intensifica

a competitividade entre os blocos econômicos, que são levados à fusão de seus capitais sobre pena de falência de grandes grupos empresariais. Por isso, a nova modalidade de acumulação de capital depende da abertura dos mercados nacionais, de sua desregulamentação, do livre trânsito de produtos e de capital.

Neste contexto, o capital avança, agora, para o setor de serviços, tradicionalmente de responsabilidade dos Estados Nacionais, tais como, saúde, educação, seguridade social, saneamento, transporte, energia, comunicações etc.

Assim, o montante de capital gira anualmente nas bolsas e mercados no mundo inteiro, equivalentes a três vezes o PIB mundial. Grande parte deste capital financeiro serve para rolar o passivo de governos endividados. Desta forma, o capital financeiro torna-se politicamente hegemônico, impondo diretrizes políticas aos governos de inúmeros países, visando seus interesses especulativos.

O que se percebe é que o capitalismo é incapaz de suprir as demandas sociais da população mundial. O desemprego formal não se expande proporcionalmente às necessidades sociais, exigindo cada vez mais qualificação. Assim, o trabalhador urbano ou rural, que não é detentor dos meios de produção e tem como única mercadoria de venda sua força de trabalho, deve estar capacitado para desenvolver habilidades polivalentes, entender as instruções operacionais, sujeitando-se às normas de trabalho. Como se percebe estas normas já elimina em um quinto ou mais da população mundial, desqualificada para o trabalho, nos moldes do capitalismo vigente.

3.2 Educação tecnológica

As grandes transformações das últimas décadas, no campo da economia, mediante a globalização dos mercados, exigem de cada governo uma atenção profunda e especial com a educação e qualificação de seus cidadãos e trabalhadores.

No governo Lula, como em outros governos anteriores, houve tentativas de mudanças na educação, através de projetos que, há seu tempo, não superaram as expectativas da sociedade ou não obtiveram resultados significativos.

Este mesmo governo está implantando, no Brasil, um novo projeto de nação e de desenvolvimento sustentável, baseado na retomada do crescimento econômico e social, com distribuição de renda, inclusão e justiça social, soberania, cooperação e integração internacional. Este novo projeto de desenvolvimento brasileiro exige que todas as políticas públicas estejam comprometidas, no mínimo, com três grandes eixos: inclusão social de milhões de brasileiros no mundo do trabalho e na efetiva cidadania; desenvolvimento das forças produtivas nacionais; e diminuições das vulnerabilidades sejam econômicas, culturais, científicas ou tecnológicas. Garantir uma Profissionalização Sustentável é uma necessidade para o projeto de nação e de desenvolvimento que este governo propõe e que o país necessita.

Esta profissionalização sustentável visa à atualização e a transformação rápida da tecnologia, garantindo os direitos sociais do trabalhador.

Neste contexto, está sendo viabilizado um grande pacto pela valorização da Educação Profissional e Tecnológica, através da articulação entre o Ministério da Educação, Conselhos de Dirigentes e Sindicatos dos Setores públicos e privados. Com isso pretende-se estabelecer uma política pública de educação profissional e tecnológica para todo o Brasil.

Esta política pública pode reafirmar a educação profissional e tecnológica como direito e bem público, levando à condição de desenvolvimento humano, econômico e social, comprometendo a redução das desigualdades sociais e regionais.

Em seu artigo “Educação e Sociedade” Frigotto (2005), juntamente com Maria Ciavatta e Marise Ramos, nos diz que as expectativas estruturais na sociedade e na educação, com a eleição do presidente Lula da Silva, então pautadas nos direitos inscritos na Constituição de 1988, não se concretizaram.

Apesar da produção de conhecimentos sobre contradições, desafios e possibilidades da educação profissional, produzidas especialmente no âmbito da área do trabalho e da educação, que esperávamos ser apropriados pela política pública do estado brasileiro não acontece. O que se revelou foi uma trajetória controvertida das lutas da sociedade, das propostas de governo, das ações e omissões nos exercícios do poder.

A regulamentação da Educação Profissional estabelecida a partir da LDB, com o Decreto Lei (n.2.208/97) e as diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino técnico e médio (Brasil, CNE, 1998b, 1999^a, 1999b), ter sido contrariada pelas forças

progressivas da sociedade brasileira. Assim compreendidas pelos segmentos conservadores, de forma contraditória, não era esperado que a política de democratização e de melhoria da qualidade da educação profissional se estabelecesse. Isso se assinala para a necessidade da construção de novas regulamentações, mais coerentes, conectada com a realidade da classe trabalhadora brasileira.

A problematização sobre a política de educação profissional, cuja referência é a produção de conhecimento na área. As lutas sociais, na verdade são disputas entre os setores progressistas e conservadores da sociedade brasileira pela supremacia nesse campo.

O tratamento a ser dado à educação profissional, anunciado pelo Ministério da Educação ao início do Governo Lula, seria de reconstruí-la como política pública, corrigindo distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior. Essas medidas que, de maneira explícita, dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeirando a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (Brasil, MEC, 2005, p. 2).

Um compromisso com a sociedade na, resposta de governo, visto como relevante por Frigotto (1999), foi à revogação do Decreto n.2.208/97, restabelecendo a possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnico, por propor ao Congresso Nacional um anteprojeto de “Lei da Educação Profissional e Tecnológica”, que, remonta a fragmentação do sistema educacional realizadas nos anos de 1940.

Assim, para Frigotto (1999), Maria Ciavatta e Marise Ramos (2005), a política de educação profissional processa-se mediante programas focais e contingentes, a exemplo dos seguintes: Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e da Inclusão de Jovens – PROJOVEM. Esses programas explicitam e problematizam o percurso controvertido das políticas de educação profissional no Governo Lula (janeiro de 2003 a julho de 2005). Esta análise se apóia em dois pressupostos: primeiro, que a mudança da materialidade estrutural da sociedade brasileira, em que o campo educacional é apenas uma particularidade, move-se de forma lenta, como expressão da natureza das relações de poder das classes sociais; segundo, que a

luta por mudanças mais profundas, como consequência, efetiva-se numa travessia marcada por intensos conflitos e no terreno da contradição.

Para Nilson Garcia e Domingos Filho (2004), o Decreto 5.154/04 traz, dentro de si, contradições, deixando claro que a condução da política educacional dependerá fundamentalmente da ação das instituições da sociedade civil organizada. Que essas instituições tenham compromisso com a construção e o avanço da democracia social e da capacidade de interlocução e pressão destes com os governos, reforçando o que já havia sido colocado por Kuenzer (2000a, p. 20). Nas palavras do escritor “a elaboração de uma nova proposta pedagógica, que conduza a essa formação de novo tipo não é um problema pedagógico, mas um problema político”. Considerando que, embora os instrumentos jurídicos direcionem e condicionem as ações, ao fim e ao cabo, a negação ou a afirmação de uma lei dependem das forças sociais em disputa.

Hoje se contempla uma proposta de articulação entre ciência, cultura e trabalho, como elementos norteadores de uma nova proposta política educacional, com o propósito de investigar a relação entre a concepção da educação dos anos 80 e as suposições atuais fundamentadas nestas categorias articuladoras.

O desafio a ser enfrentado, quanto à expansão e a democratização da educação profissional no Brasil, ostenta grande relevância no contexto atual em decorrência das expectativas de uma nova política pública, no âmbito de um projeto nacional de desenvolvimento justo, igualitário e sustentável. E ainda, que esse projeto tenha comprometimento com a redução das desigualdades sociais e a elevação efetiva dos níveis de escolaridade no país.

4 PROEJA

Programa governamental originário do Decreto nº 5.478 de 24/06/2005 e denominado inicialmente como Programa de Integração da Educação Profissional ao ensino médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA. Esse projeto expõe a decisão de atender a demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica, de nível médio, da qual são excluídos e, em muitas situações, do próprio ensino médio.

Como o Próprio documento básico nos diz: “a educação de jovens e adultos (EJA), no Brasil, como modalidade em nível fundamental e médio, é marcada pela descontinuidade e por políticas públicas amenas, insuficientes à demanda do potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.”

De fato, o que se vê hoje, no Brasil, são políticas públicas voltadas a interesses de alguns segmentos isolados da sociedade. A EJA, por sua vez, preocupada com seu contingente de alunos, que, inseridos neste sistema de ensino, trás consigo uma gama de situações diferenciadas, tanto culturais como econômica. Essas situações não conseguem acompanhar o avanço dessas políticas públicas educacionais, apesar de possuírem algumas garantias estabelecidas pela constituição federal, não tem, na prática, sua concretização .

Desta forma, a EJA, sofre com a falta de financiamento, prejudicando o desenvolvimento dessa modalidade de ensino. A sociedade civil é levada a assumir responsabilidades, que deveriam ser do poder público, decorrendo, assim, que, tanto a EJA como qualquer outra instituição, necessita de políticas públicas mais compromissadas e eficazes, pois, aumenta a cada dia a oferta de matrículas no ensino fundamental, como aumenta também a oferta no ensino médio.

Não há como não reafirmar a mais importante lição de praticamente cinquenta anos de experiências: campanhas e movimentos de massa não resolveram e não resolverão o problema do analfabetismo da população jovem e adulta (FÁVERO, 2004, p.24).

Para tanto, a sociedade impulsiona o Estado a realizar, na prática, as conquistas constitucionais do direito à educação em detrimento destas políticas, traduzidas por programas e projetos. Sabe-se que o direito à educação, implica em financiamentos, previsões orçamentárias em relação à demanda das ações políticas.

O Estado, então, a partir de 2003, marca presença na EJA por meio de um programa “O Brasil Alfabetizado” governantes preocupados com a continuidade de estudos e destinação de verbas para os municípios, entra em disputa organizada com educadores de EJA em fóruns estaduais e regionais.

Contudo, a sociedade necessita urgentemente de políticas permanentes que venham suprir os anseios desta sociedade, desenvolvendo ações, bem estruturadas, que, respeitem todos os segmentos sociais, econômicos, culturais, onde estas políticas se efetivam, dando condições de que os jovens e adultos tenham uma aprendizagem escolar de qualidade.

Uma situação preocupante na EJA, em nossa sociedade, é o grande contingente de crianças que não permanecem no ensino fundamental “regular”. Elas se afastam das escolas por serem forçadas, por seus familiares, a trabalhar para composição de uma renda mínima, ou por insucesso a este ensino fundamental. Embora se tenha equacionado o acesso para todas as crianças, as redes públicas não apresentam qualidade de maneira que estas crianças permaneçam na escola e aprendam. Assim, jovens e adultos retornam, via EJA, convencidos da falta que faz a escolaridade em suas vidas, após tantas negativas quando da procura de trabalho. Desta forma, esta situação faz com que o “sistema” se isente de suas obrigações estruturais.

Pensando em uma política pública, que contemple parte da população desassistida da sociedade, é que a EJA recebe como educandos, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais, representantes da sociedade brasileira desfavorecida econômica, social e culturalmente. Nesse contexto, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica entende ser fundamental que políticas públicas estáveis, contemplem a EJA com a elevação da escolaridade com profissionalização, e integrando cidadãos com direito de concluir a educação e o acesso a uma formação profissional de qualidade.

Para tanto, foi instituído pelo decreto presidencial 5.840, de 13 de julho de 2006, o Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Esse decreto expôs a

decisão de atender a demanda de jovens e adultos, através da oferta de educação profissional técnica de nível médio. Essa modalidade como base de ação a Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica, pois já havia desenvolvido algumas experiências na área de educação profissional.

Gestores educacionais, instituições e estudiosos do tema envolvido pelo decreto, juntamente com a própria rede, passaram a questionar o programa, propondo: “sua ampliação em termos de abrangência e aprofundamento em seus princípios epistemológicos”, como nos diz o próprio Documento Base.

Após estes questionamentos, revogação e promulgação de decretos foram feitos e algumas mudanças ao programa se efetivaram, como a ampliação no que se refere a sua abrangência ao nível de ensino; inclusão do ensino fundamental; e que o programa fosse proposto a outras instituições pela admissão dos sistemas estaduais, municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, de aprendizagem e de formação profissional, passando a denominação para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Para a inclusão dos alunos do PROEJA, nesta realidade, que, segundo o Documento Base, se impõe, faz-se necessário a qualificação para além de uma formação profissional técnica, a qual pretende.

[...] a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos, produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele (BRASIL, 2007, p. 17).

Compreende-se que a qualificação pretendida pelo PROEJA promove a integração entre os conhecimentos gerais e os profissionalizantes, tendo em vista de fornecer conhecimentos que possibilitem aos alunos do PROEJA, a migrarem de uma ocupação a outra, melhorando suas próprias condições de vida.

A educação, ao exercer a função qualificadora, seja através da transmissão de conhecimentos gerais ou através da qualificação, é entendida, pelo Banco Mundial, como redentora dos problemas sociais, como se verifica: “Melhores resultados educacionais proporcionam mais oportunidades, reduzem as

desigualdades de renda, criam postos de trabalho e geram crescimento ao longo do tempo” (BANCO MUNDIAL e CFI, 2003, p.13).

Nesse sentido, com vistas ao crescimento econômico e ao aumento da produtividade, o Banco Mundial prevê, como um dos seus programas “[...] maior investimento em capital humano, em particular no ensino médio” (BANCO MUNDIAL e CFI, 2003, p. 22).

4.1 O proeja enquanto uma política social: seus limites e possibilidades

Percebe-se o PROEJA como um programa complementar das políticas sociais, direcionado a grupos sociais excluídos, que sofre pressão do Estado brasileiro, por sua condição social cuja consequência gera desemprego, pobreza e violência, diminuindo as possibilidades de acesso aos bens socialmente produzidos, pondo em risco a ordem e a estabilidade do progresso capitalista, devido às cobranças que esta classe social faz ao Estado em busca da resolução de seus problemas.

As políticas sociais são utilizadas como meio de conciliação entre estas classes, visando à manutenção da ordem social vigente. Essas políticas permitem, ao mesmo tempo, a produção e a paz social de forma a não transformar a relação essencial entre os donos dos meios de produção e os assalariados.

Entretanto, o PROEJA, enquanto uma política social traz ainda a característica de ser uma política focada, especificamente, no público jovem e adulto, que não teve acesso à escolaridade na idade própria. A estas políticas sociais são apresentadas várias categorias de população, as quais são classificadas ora por idade, ora por critérios de normalidade/anormalidade, (doentes, excepcionais, inválidos, mães solteiras, etc.). Esta maneira de classificação das populações-alvo das políticas sociais divide e fragmenta, ao mesmo tempo, esta população. Esse classificatório tem como objetivo controlar essa política e realizar uma etiquetagem que as isola e as caracteriza como tal.

Neste contexto, faz-se imprescindível conhecer e refletir sobre as pretensões do Documento Base do PROEJA. Também constatar de que maneira o PROEJA pode beneficiar a classe trabalhadora, bem como em quais aspectos pode-se

continuar pressionando o Estado para que esta política social se efetive, com ganhos, para esta classe.

Em relação aos organismos internacionais, percebe-se que suas propostas, para o Brasil, também pretendem a reparação das situações de exclusão, o alívio da pobreza com a diminuição das desigualdades (equalização) e a transformação produtiva que, por sua vez, requer a qualificação. Esses organismos internacionais colocam o Estado como responsável por programar políticas, que levem o país a enfrentar essas dificuldades de forma que, o mesmo, se integre ao mercado global, podendo competir e conseqüentemente crescer na gestão econômica, melhorando as condições de vida da população. Para implementação, pelo Estado, de políticas sociais, com vistas à superação dos entraves, que impedem o desenvolvimento e crescimento do país, a educação é tida pelos organismos internacionais como centrais. Desta forma, percebe-se que a Educação de Jovens e Adultos, bem como a educação de nível médio vêm sendo requerida por estas instituições e pelo Estado, como necessária, para o crescimento e desenvolvimento econômico. Porém, sendo o PROEJA uma política social, também se constitui como uma conquista dos trabalhadores, a qual incorpora suas reivindicações, ainda que de maneira restrita, mas é também uma política que oferece benefícios ao público jovem e adulto trabalhador.

Assim, compreende-se que o PROEJA é um programa que traz benefícios à classe trabalhadora ao possibilitar o acesso à educação e à profissionalização. Esse programa eleva o nível de escolaridade de uma população historicamente excluída do sistema educacional.

Se a formação proporcionada a estes sujeitos conseguir se concretizar, integrando os conhecimentos de formação total e de formação profissional, com qualidade, será possível fornecer, aos alunos, conhecimentos que antes não possuíam, expandindo o conhecimento destes sobre a realidade social e econômica.

Hotz (2006) nos mostra, em seu trabalho de pesquisa, que pretende refletir sobre as funções requeridas do programa, como sendo função Reparadoras, equalizadora e qualificadora, demonstrando quais os objetivos desta política educacional e social e suas articulações estabelecidas com agenda econômica nacional e internacional à saber quais necessidades econômicas e sociais são advindas da organização do sistema capitalista, pois compreende que

[...] a política econômica e a política social apenas formalmente se distinguem e às vezes dão a enganosa impressão de que tratam de coisas muito diferentes. Não se pode analisar a política social sem se remeter à questão do desenvolvimento econômico, ou seja, à transformação quantitativa e qualitativa das relações econômicas, decorrente de processo de acumulação particular de capital. O contrário também precisa ser observado: não se pode examinar a política econômica sem se deter na política social (VIEIRA, 1992, p. 21)

Do mesmo modo, Hotz (2006) refere-se à função reparadora do Proeja, segundo o parecer CNE/CEB nº 11/200 e o documento Base do Programa, ao se afirmar que a EJA seria uma modalidade de ensino onde o dever do Estado é de garantir o direito a todos à educação, pois em momentos anteriores o Estado não teria propiciado as condições de que a população de jovens e adultos tivesse acesso ao ensino na idade própria. Assim, os atendidos pela EJA

[...] caracterizam-se por pertencerem a uma população com faixa etária adiantada em relação ao nível de ensino demandado, constituindo um grupo populacional que tem sido reconhecido como integrante da chamada “distorção série-idade” (BRASIL, 2007, p. 48)

Surge também a preocupação com os grupos socialmente excluídos, onde se afirma que numa sociedade transformadora

“[...] a produção coletiva do conhecimento deve estar voltada para a busca de soluções aos problemas das pessoas e das comunidades menos favorecidas na perspectiva da edificação de uma sociedade socialmente justa” (BRASIL, 2007, p. 28).

Hotz diz que tais enunciados demonstram que o PROEJA se constitui em uma política social focalizada em consonância com a atual política estatal brasileira, para o crescimento econômico e a redução da pobreza, como diz o documento de estudo do Ministério do Planejamento, orçamento e gestão: “[...] a combinação de crescimento econômico sustentado, mesmo que a taxas não muito elevadas, com políticas sociais focalizadas, pode ter efeitos poderosos sobre a redução da pobreza” (LEVY e VILELA, 2006, p. 9).

De fato, o PROEJA, enquanto um programa que visa elevar a escolaridade e qualificar a população para a integração social, contribui para as necessidades evidenciadas pelos organismos internacionais e pelo Estado. Nesse programa educacional se vê a preocupação com os pobres urbanos e desempregados, principalmente, com a população jovem, onde os índices de pobreza entre jovens

aumentaram (o percentual de pobres com menos de 24 anos se elevou de 36% para 39% do total) [...]” (BANCO MUNDIAL e CFI, 200, p.4).

Embora estes dados sejam informações de anos anteriores, ao início do PROEJA, a preocupação é atual em relação à redução da pobreza e a contenção da marginalidade especialmente a jovens e adultos. Preocupação esta expressa no Documento Base do PROEJA, bem como aos organismos internacionais em relação ao Brasil.

O conseqüente aumento da criminalidade e da violência nas áreas urbanas ameaça a qualidade de vida e prejudica a confiança no governo e nas instituições públicas. Esses fatores sugerem um crescente enfoque na redução da pobreza urbana (Frigotto, 1997, p. 5).

Esse documento também nos diz que: "tais afirmações presentes no Documento Base do PROEJA demonstram que o Estado pretende utilizar-se de outras instituições, inclusive privadas, para ofertar a educação profissional técnica de nível médio aos jovens e adultos brasileiros, que não tiveram acesso à educação, na idade própria, não considerando unicamente como sua a responsabilidade de exercer a função reparadora".

Quanto à função equalizadora, Hotz (2006) coloca que tanto a EJA como o PROEJA estariam exercendo esta função a medida em que diminuiriam as desigualdades existentes entre o público desta modalidade de ensino e os que tivessem acesso à educação na idade própria.

Para que esta desigualdade social fosse reduzida, destaca-se a necessidade de focalizar as políticas sociais, conforme é colocado pelo Ministério de Orçamento, Planejamento e Gestão, ao se afirmar que "Só ela permite que a transferência de um volume relativamente limitado de recursos tenha um significado impacto sobre a desigualdade e a pobreza" (LEVY e VILELA, 2006, p. 32).

Assim, a imparcialidade não pretende diminuir a desigualdade social, mas amenizá-la de forma a manter a coesão social sem prejudicar a acumulação do capital.

A intenção de diminuir as desigualdades econômicas, utilizando a educação, como estratégia, para esta finalidade, é expressa pelo documento do Banco Mundial e CFI Corporação Financeira Internacional (2003, p, 14) a partir da análise da realidade, como consta a seguir:

[...] a sociedade brasileira ainda é uma das mais desiguais do mundo: um por cento da população recebe 10% da receita monetária total – a mesma parcela cabe aos 50% mais pobres. Análises mostram que a disparidade de renda no Brasil decorre basicamente do acesso desigual à educação e de uma grande valorização da mão-de-obra qualificada [...]

Assim, o PROEJA contribuir para reduzir relativamente a pobreza e também devendo constituir-se em uma política pública que represente

“[...] um projeto nacional de desenvolvimento soberano, frente aos desafios de inclusão social e da globalização econômica” (BRASIL, 2007, p. 18).

Desta forma, justifica-se a importância para a manutenção das condições de governabilidade, da iniquidade para a estabilidade e permitir que a população continue consumindo, permitindo que o ciclo de produção e consumo seja alimentado. Ou seja, está se pretendendo o crescimento econômico do país, como já mencionado no documento Base do PROEJA, através da readequação tecnológica para a inserção no mercado global competitivo.

Para tanto, só é possível com políticas públicas, como componente da política econômica e social, justificando, assim, financiamentos e atividades educativas realizadas pelos bancos internacionais, inclusive o PROEJA, como consta no Documento Básico do programa a seguir:

Os recursos poderão ter origem no orçamento da União – recursos do MEC e/ou parcerias interministeriais – em acordos de cooperação com organismos internacionais ou outras fontes de fomento a projetos de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2007, p. 65 - 66).

Nesse sentido, os bancos internacionais possuem como papel “financiar atividades diretamente vinculadas à educação, à capacitação e à produção de conhecimento, concebidas como eixo da transformação produtiva com equidade” (CEPAL/UNESCO, 1995, p. 13).

Quanto à função qualificadora, coloca-se no Documento Base do PROEJA que esta

[...] revela o verdadeiro sentido da EJA, compreendida na perspectiva da formação para o exercício pleno da cidadania, por meio do desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo de cidadãos participativos, conscientes de seus direitos sociais e de sua compreensão/inserção no mundo do

trabalho, entendido como elemento fundamental ao processo de humanização de homens e mulheres e de produção cultural (BRASIL, 2007, p. 46).

“Assim, o Documento Base do PROEJA afirma que os egressos deste ensino devem ter uma formação para se inserir de modos diversos no mundo do trabalho, inclusive gerando emprego e renda”(BRASIL, 2007, p.17). Indicando que a esta formação deve possibilitar o exercício de trabalhadores informais desvinculados da legislação trabalhista, onde o trabalho e a renda devem ser gerados pelo próprio indivíduo. Supões ainda que nem todos os egressos do PROEJA não conseguirão uma colocação no mercado de trabalho. Tal afirmação é admitido pelo Documento Base do PROEJA quando considera estar ocorrendo um “[...] declínio sistemático do número de postos de trabalho [...]” (BRASIL, 2007, p. 17).

Mesmo com declínio de postos de trabalho, o PROEJA busca a inclusão de seus alunos, nesta realidade, que é uma formação humana com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos. Essa formação está integrada a uma formação profissional, permitindo a compreensão do mundo em que vivem, na perspectiva de melhorar sua própria condição de vida e na construção de uma sociedade justa, visando a sua evolução para atuar no mercado de trabalho e não para a qualificação do trabalho e para ele. Também pretende assumir a formação do cidadão que produz, através do trabalho, para si e para o mundo, com sua formação histórica em todas as etapas vividas.

O PROEJA, com sua formação, permite ao sujeito que conheça os processos produtivos onde ele poderá criar instrumentos para sua inserção no mundo do trabalho, das mais diversas formas, gerando emprego e renda. Outro aspecto relevante para o PROEJA é o da vida, como religiosidade, família e a participação social e política nos mais diversos grupos culturais destes jovens e adultos, como nos diz o próprio Documento Base. Para tanto:

A Educação ao exercer a função qualificadora, seja através da transmissão de conhecimentos gerais ou através da qualificação, é entendida pelo Banco Mundial como redentora dos problemas sociais, como verificamos: “Melhores resultados educacionais proporcionam mais oportunidades, reduzem as desigualdades de renda, criam postos de trabalho e geram crescimento ao longo do tempo” (BANCO MUNDIAL e CFI, 2003, p).

Necessário se faz destacar que os alunos do PROEJA estão se mobilizando a medida que, buscam o seu espaço na sociedade, como cidadãos conscientes de seu papel, como estudantes. Juntamente com seus gestores, publicaram, em uma carta, o destaque e a importância do PROEJA em suas vidas, enquanto perspectivas de mundo. A seguir uma parte desta carta:

Para nós, o PROEJA significa o compromisso com uma nova perspectiva de mundo, um olhar mais sensível para a heterogeneidade dos sujeitos. O PROEJA oportuniza crescimento pessoal e profissional e representa um avanço na Educação Básica, Profissional e Tecnológica. Para os estudantes, o PROEJA promove novas relações interpessoais, novas experiências de vida e uma oportunidade única de concluir seus estudos simultaneamente à qualificação profissional. (Carta dos estudantes e gestores do PROEJA, Rede Federal-Santa Maria/RS, 2010.)

Nesta carta, professores, coordenadores, técnicos administrativos e pesquisadores, apontam o PROEJA como um espaço de reflexão, de pesquisa, de formação continuada e de produção de conhecimento a partir dos saberes e vivências dos estudantes, rompendo com a lógica do mero conteúdo e constituindo mais qualidade no diálogo e a convivência com as diferenças. Consideram a necessidade de urgência de esclarecimento quanto à forma de ingresso, quanto ao tempo de afastamento da escola, quanto à faixa etária e outras questões pertinentes ao programa.

Referem-se também, como urgência, o ajustamento dos cursos de PROEJA às características regionais, considerando os arranjos produtivos locais, as iniciativas de associativismo e de cooperativismo, levando-se em conta as possibilidades das Instituições de Educação Profissional, Científica e Tecnológica quanto à viabilidade das diferentes áreas de formação profissional.

Os gestores apontam que os cursos de PROEJA requerem infra-instrutora e serviços adequados, ainda no que se refere a todo espaço físico, ao qual será disponibilizado para seu funcionamento, como bibliotecas, assistência estudantil, laboratórios, refeitórios e transporte. Várias iniciativas como semanas temáticas, projetos de aprendizagem, acolhimento de estudantes ingressantes pelos quais já frequentam o PROEJA e atividades de integração com familiares, são iniciativas pelas quais os estudantes encontrarão dignificados no mundo escolar, onde permanecerão, contribuindo para a concretização do PROEJA, na perspectiva de

uma política permanente no que diz respeito ao campo da Educação Profissional e tecnológica.

Ainda que se deseje a concretização de uma escola de qualidade e inclusiva, observa-se, em alguns registros de arquivos e trabalhos monográficos, que o acesso ao PROEJA não são auto-suficientes para mudar o quadro da desigualdade social no país. Apesar de inúmeras perspectivas positivas aqui registradas, os desafios são inúmeros e exigem comprometimento e responsabilidade de toda a comunidade escolar e a sociedade, como um todo, na formação desta escola tão almejada.

Portanto, torna-se indispensável que o mundo acadêmico tenha interesse de pesquisar o quão importante é buscar novas perspectivas a viabilizar o PROEJA como um projeto legítimo de inclusão social e de qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho monográfico tem como foco de pesquisa as perspectivas e desafios na Educação Profissional. Considerando, então, que a Educação e a formação profissional permitem o crescimento de possibilidades do indivíduo, a melhoria da qualidade de vida e, ainda, que este indivíduo possa se reconhecer como um cidadão incluso.

Na expectativa de entender o mecanismo deste complexo, que se insere a Educação no país, fez-se um breve histórico da educação profissional, no Brasil, desde o Período Imperial, passando por várias etapas, como a Lei de Diretrizes e Base da Educação, finalizando com as Diretrizes Curriculares Nacional com o Decreto 2.208/96 que regulamenta a Educação Profissional.

Nesse contexto, percebe-se a evolução da Educação até então não profissional, mas assistencialista. Foi com a república Velha que a Educação Profissional se inicia com esforços públicos de organização da Educação Profissional. Então, houve avanços significativos na evolução da Educação Profissional, mas significativo para a época, devido à demanda do mercado vigente, com instalações de escolas de ensino profissionalizantes em todo o país. É importante salientar que, na década de 1910, várias escolas oficinas foram instaladas, destinadas à formação profissional de ferroviários, que desempenharam importante papel na história da Educação Profissional brasileira, tornando-se os embriões da organização do ensino profissional técnico.

Conhecido este histórico e considerando que o mundo do trabalho sofre, muito rapidamente, grandes transformações no que se refere à Educação e Trabalho, fez-se necessário aprofundar a pesquisa em busca de como se processa estas mudanças.

Nos artigos, livros e publicações pesquisados, a mudança no mundo do trabalho configura-se como transformação do século XX, modificando consideravelmente o trabalho, tendo como necessidade fazer com que o indivíduo busque, por si só, conhecimento específico e capacitação técnica à função destinada a sua formação. Estas buscas se apresentam na tentativa de tornar mais apto a pessoa para que possa atender às exigências constituídas pelo mercado de trabalho vigente.

Para tanto, o mercado de trabalho teve que articular novas maneiras e modos de sobreviver a estas mudanças, adequando-se aos novos métodos, isso à medida que esta evolução se faz com tanta rapidez. É preciso estar constantemente atualizado, em busca de novas perspectivas para suprir as exigências deste mercado tão competitivo.

É certo, pois, que grande parte dos problemas que enfrentamos, como categoria profissional, inclusive no interior da sala de aula, parece ter relação com a falta de credibilidade da intervenção escolar e, por extensão, da atuação do educador. Além disso, se a imagem social da escola está ameaçada, algo de ameaçador está acontecendo também com a ideia de cidadania, no Brasil, uma vez que não há cidadania sustentável sem escola.

Importante salientar que, sem escola, não há a possibilidade de o cidadão ter acesso, de fato, aos seus direitos constituídos. Pois, tornar-se cidadão não se restringe ao direito do voto, mas inclui direitos outros, com vistas a uma vida com dignidade - e isso tudo tem a ver com a escola. Pois quanto menor for à escolaridade da pessoa, menores também serão suas chances de acesso às oportunidades que o mundo atual oferece e às exigências que ele impõe.

É preciso que educadores e gestores se reeduquem, na perspectiva de uma ética e de uma política, no sentido de criar novas formas de participação na escola, tais como ouvindo, registrando e divulgando o que alunos e comunidade pensam, falam, escrevem sobre o autoritarismo, liberdade de escolha e as desigualdades da sociedade brasileira. É falando e registrando ações e intervenções que surgirão novos movimentos de participação cidadã.

Assim como os professores e os gestores, estão preocupados e empenhados a criar novas formas de participação da escola, no que se referem a viabilizar uma escola de qualidade, os governantes comprometidos com esta máxima devem procurar através de seus projetos, contribuir na expectativa de mudanças estruturais na educação e, conseqüentemente, na sociedade.

Sabe-se que tais mudanças dependem de financiamentos, previsões orçamentárias, em relação à demanda de ações políticas, traduzidas por programas e projetos.

Considerando indispensável realizar, na prática, as conquistas constitucionais do direito à educação, foi instituído pelo decreto presidencial o PROEJA, que, através deste trabalho, ressalta que o programa, como em governos

anteriores, a seu tempo, não obtiveram resultados significativos, pois, ao projeto, aponta-se a necessidade da construção de nova regulamentação, que seja coerente com a realidade trabalhadora brasileira.

A realidade em que se inseriram estes jovens e adultos, no PROEJA, é reveladora de uma parcela da população, com especificidade cultural. São pessoas que vivem do seu trabalho, ou estão desempregadas, ou ainda estão em busca de uma colocação. São filhos, pais, mães, moradores urbanos, rurais; são sujeitos com extraordinária diversidade social e cultural.

Então, resta a esse trabalhador buscar alternativa como trabalho autônomo, cooperativismo, enfim, tantos outros, na grande maioria informais, na busca da sobrevivência, numa luta constante, já que o sistema prima pela necessidade urgente de reformas sociais significativas que exige cada vez mais competitividade e qualificação. Contudo, estes profissionais do trabalho não devem ter ilusão de que uma vez qualificado basta, é preciso uma constante busca à profissionalização, aproveitando todas as possíveis oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho.

A formação técnica profissionalizante é uma questão que vem sendo motivo de destaque no Brasil, objetivando maior qualificação para o mercado de trabalho, gerando emprego, renda e conseqüentemente o desenvolvimento sócio-econômico.

Existe no Brasil, a necessidade de colocar a educação como uma questão fundamental para a formação de força de trabalho.

Para tanto, cabe ressaltar a responsabilidade da escola profissionalizante, pois são os conhecimentos técnico-específicos que possibilitam a adaptação do trabalhador às modificações tecnológicas.

É importante para o elemento humano, que a escola profissionalizante interprete o contexto empresarial, colocando em prática todos os recursos necessários para qualificar o indivíduo que passa por esta formação. Se é importante a capacitação técnico profissionalizante, tão ou mais importante é trabalhar a (trans)formação dos acadêmicos na perspectiva humana e cidadã, preocupando-se também com as dimensões afetivas, emocionais, psicológicas e sociais de cada jovem e adulto. Assim, a aprendizagem de uma profissão virá associada à formação de homens e mulheres críticos, reflexivos, autônomos que responsabilmente se inserem na sociedade, com capacidades de contribuir para a transformação da realidade socioeconômica movida pelo mercado, esquecendo-se

das pessoas envolvidas nos diferentes processos econômicos, políticos, sociais e educacionais.

Atualmente o mercado de trabalho exige cada vez mais, qualidade, produtividade e competitividade em um novo perfil profissional, que incluem o domínio de competências básicas como: comunicação e expressão, raciocínio lógico, criatividade, capacidade decisória, habilidade para identificar e solucionar problemas, facilitando a integração do indivíduo na sociedade e no trabalho.

Assim sendo, os órgãos públicos deveriam preferencialmente apostar e investir.

Já os estabelecimentos técnicos precisam avaliar seus conteúdos programáticos, políticas e programas de educação, atualizando-se conforme a demanda das indústrias de ponta.

Os envolvidos na área da educação técnica e, órgãos públicos, deveriam pensar a educação profissionalizante de forma regional, onde o estudante seria preparado nas culturas imprescindível a sua região característica para o trabalho.

O estado então entraria com os recursos necessários como bolsas de estudos auxiliando as famílias dos estudantes carentes para suprir o custo desta escola.

Para a formação de políticas públicas no âmbito técnico-profissional, deveria se pensar em convênios com empresas de maneira que, o estudante prestaria estágio no último semestre, assim, tendo contato direto com a atividade desempenhada, com perspectiva de ser contratado se seu desempenho fosse satisfatório.

Para o ingresso no curso técnico deveria ocorrer após o término do ensino fundamental, dando condições de que o estudante possa prestar vestibular na área preferida que, já tivesse conhecimento, aumentando seus conhecimentos.

Para tanto, deseja-se repensar na construção de uma escola inclusiva, que insira o educando ao mundo do trabalho com justiça e igualdade social. Sabe-se que as pesquisas revelam que o acesso ao PROEJA não é o suficiente para mudar o quadro da desigualdade social no país. Os desafios são muitos e exigem responsabilidade de todos os professores, gestores e alunos comprometidos com o bem coletivo. Nesta perspectiva, “trabalho e educação” torna-se uma constante na investigação, no mundo acadêmico, objetivando sugestões que possam colaborar para a legitimidade de uma escola de qualidade e de inclusão social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e da outras providências, Brasília, DF, 24 jul. 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejadecreto5154.pdf>>. Acesso em 13 jun. 2011

BRASIL, Decreto nº 5.840, de 13 de junho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências, Brasília, DF, 12 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm>. Acesso em 13 jun. 2011.

BRASIL, decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, DF, 18 abr. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em 12 jun. 2011.

BRASIL, Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, Brasília, DF, 24 jun. 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm>. Acesso em 13 jun. 2011.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em 15 jun. 2011.

CANTU, M. **Qualificação Profissional, Inserção, Reinserção e Permanência no Mercado de Trabalho**: os egressos do programa Integrar. 2003. 167 fls. Dissertação (Mestrado em sociologia) Porto Alegre Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, MEC, maio de 2000.

FONSECA, C. S. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FRIGOTTO, G. Modelos ou modos de produção e educação: dos conflitos à soluções. **Tecnologia educacional**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 147, p. 7-14, out./dez. 1999.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, Maria; RAMOS, M. (Orgs). A gênese do decreto n.5154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GARCIA, S. R. O. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: **Trabalho e Crítica**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GENTILE P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.) Educação e crise do trabalho: perspectivas do final do século BANCO MUNDIAL. O Estado num mundo em transformação. Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1997. Washington. DC. EUA, 1997.

HOTZ, K. G. Demandas e Potencialidades do PROEJA no Estado do Paraná, conforme o Edital PROEJA –CAPES/SETEC Nº 03/2006 . Disponível em: <<http://forumeja.org.br/pf/sites/forumeja.org.br/pf/files/proejabrasiliaa.pdf>>. Acesso em 13 jun 2011.

KUENZER, A. Z. **Ensino Médio Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da Antigüidade aos nossos dias**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). O plano de desenvolvimento da Educação: razão, princípios e programas. Brasília, 2007.

PERRENOUD, P. **A qualidade de uma formação profissional é executada primeiramente em sua concepção** (texto de intervenção realizada num encontro organizado pelo COFIEC sobre o tema “qualidade de cuidados médicos”, em

Marselha-França, 21/11/97. Tradução de Elizabeth Maria Speller Trajano, para a SEMTEC/MEC).

RIZZOTO, M. L. F. (Org.). **Estado e políticas sociais: Brasil – Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2003.

SANTOS, S. V. et al. **Reflexões sobre a prática e a teoria em PROEJA**. Porto Alegre: EVANGRAF, 2007.

VIEIRA, E. A. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 49)

VIEIRA, S. L.; FARIAS I M. S. Novos rumos para a educação – retorno ao Estado democrático. In: **Política Educacional no Brasil: introdução histórica**. São Paulo: 2003. p. 143-171.